

A COR DO INVISÍVEL: saberes nas experiências educativas organizadas pela Central das Associações das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Região de Senhor do Bonfim – Bahia

Izabel Dantas de Menezes*

RESUMO

Os saberes e sentidos dos arranjos formativos inseridos na atuação política da Central de Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto, em Senhor do Bonfim – Bahia, são os focos deste artigo. A escolha do objeto de estudo é resultado de um olhar ampliado e polissêmico do fenômeno educativo que pensa a educação para *além dos muros da escola* e, portanto, reconhece a relação complexa e multifacetada entre Movimentos Sociais e Educação como possível e importante de ser estudada. Desta forma, a compreensão das tramas e sentidos das experiências instituintes de coletivização e defesa de saberes indispensáveis para a vida dos sujeitos das comunidades tradicionalmente ocupadas de Fundo e Fecho de Pasto é tomada aqui como preponderante. Nestes termos, apresento em linhas gerais um texto oriundo de uma pesquisa de cunho etnográfico em andamento, na qual a relação entre Educação e Movimentos Sociais tem um imbricamento mais próximo dos *saberes* que circulam no *cotidiano* da atuação dos sujeitos *atores-autores em movimento* e, por isso mesmo, está ancorada no dizer (*memória e oralidade*) destes sujeitos, nos seus modos de vida – sua cultura e natureza e na circularidade que envolve *movimento e comunidade*. Enfim, o artigo busca apresentar inicialmente o que significa *comunidades tradicionalmente ocupadas* de Fundo e Fecho de Pasto, em seguida descreve a estrutura e a dinâmica da Central, bem como os sentidos que envolvem os saberes contidos no seu fazer político-educativo para e com as comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da região de Senhor do Bonfim, comunidades que, apesar das ameaças e de uma “invisibilidade” intencionalmente desenvolvida, permanecem preservando e recriando o *seu jeito de viver* no sertão.

Palavras-chave: Saberes – Terras Tradicionalmente Ocupadas – Educação – Movimento Social

ABSTRACT

THE COLOR OF INVISIBILITY: Potential of Knowledge in Educational Experiences organized by the Community Association of Fundo and Fecho de Pasto from the Região of Senhor do Bonfim – Bahia – Brazil.

Knowledge and meanings of formative arrangement inserted in the political actuation of the Central de Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto, of the city of

* Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutoranda do Programa de pós-graduação em Educação da Faced - UFBA. Professora Assistente do DEDC-XIII - UNEB. Av. Luis Viana, s/n, Bairro Batalhão – CEP: 46880-000 - Itaberaba/BA. E-mail: bebeldm@yahoo.com.br.

Senhor do Bonfim (Bahia, Brazil). This intervention is provoked by and enlarged and polysemic glance of the educational phenomenon which rethinks education beyond the school's walls and thus recognizes the complex and multiples relations between social movements and Educations as legitimate and important topic of study. This way, the understanding of the framework and meaning of the experiences founding the collective appropriation and defense of indispensable knowledge for the life of the subjects in the traditional communities of Fundo and Fecho de Pasto is considered as preponderant. We present an ongoing ethnographic research showing the relation between education and the Social Movements. We show an overlapping with the daily knowledge of social actors or authors in motion. For this reason, this relation is rooted in the subjects' spoken word, in their way of life and in the circularity which implies movement and community. We first present what *traditionally occupied communities* of Fundo and Fecho de Pasto means, and then we describe the structure and the dynamic of organization as well as the meaning implied by the knowledge contained in its political and educational activities with the communities of Fundo and Fecho de Pasto from the Senhor do Bonfim area. These communities, in spite of menaces and intentional *invisibility*, remain preserved recreating the way of life of the *sertão*.

Keywords: Knowledge – Traditionally occupied territories – Education – Social movement

INTRODUÇÃO¹

A cor do invisível é uma expressão que abarca metaforicamente termos de significados contrastantes: *cor e invisível*. Do latim *colere*, cor é “característica de uma radiação eletromagnética visível [...]”; e invisível, do latim *invisibile*, é o “que não se vê, não se pode ver”². Deste modo, ao atribuir à palavra *invisível* uma característica – a *cor* – que não lhe é possível por conta da sua condição etimológica, estou, aparentemente, tornando a frase incompreensível e sem sentido; assim, pode o leitor indagar: existe cor no invisível?

Para tentar responder a essa possível pergunta, devo dizer, nestas linhas introdutórias, que a expressão *A cor do invisível* é aqui fonte fecunda de inspiração. Explico-me. Por um lado, provoca o meu olhar crítico a respeito da condição de invisibilidade imposta ao Nordeste, aqui especificamente às comunidades tradicionais rurais de Fundo e Fecho de Pasto dos municípios baianos de Antônio Gonçalves e Jaguarari. Por outro, o delineamento teórico-metodológico que tem como intuito compreender os sentidos e significados dos saberes que circulam nas experiências formativas organizadas direta ou indiretamente pelo Movimento das As-

sociações de Fundo e Fecho de Pasto no intuito de defender e afirmar o *jeito de viver no sertão*³, ou seja, de enfrentar o que os torna invisíveis.

O discurso difundido pela política agrária brasileira e presente nas políticas públicas voltadas à região, que coloca o semiárido como uma região “atrasada”, “improdutiva” e “imutável”, de uma gente “pobre e incapaz” é, entre nós brasileiros, muito comum: um discurso que faz do território um “não lugar” de visibilidade marcada pela imagem da seca e da fome. A esse discurso, o sentido etimológico do prefixo – *semi* indica, no máximo, um *meio* – lugar ou um *quase* lugar.

Como pode ser um *quase* lugar se seu território abrange a superfície de 895.254,40 Km², integrada por 1.031 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais, e se em

¹ Este artigo é parte dos resultados da pesquisa em andamento, aprovada pelo Programa de pós-graduação em Educação da Faced-UFBA. Linha de pesquisa Educação e Diversidade. Orientação: professor Dr. Roberto Sanches Rabêllo.

² <http://www.dicionariodoaurelio.com/> (acesso em 18 de abril de 2010).

³ Esta frase aparece na bandeira da CAFFP- Central de Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto (registro durante a Assembleia da CAFFP em 06/02/2010).

2000 sua população era de 19.326.007 habitantes, sendo 56,5% na zona urbana e 43,5% na zona rural, portanto, o semiárido mais habitado do mundo?⁴. (CAFFP, 2009).

Diante de tamanha extensão territorial e do grande número de habitantes, é possível afirmar que o semiárido brasileiro é complexo e que há nele uma diversidade de formas de viver e de ocupação do território, que o semiárido baiano, ou mesmo brasileiro, não é homogêneo, possui uma heterogeneidade que precisa ser conhecida, garantindo este princípio da complexidade na elaboração e intervenção política nesse contexto.⁵ Desta maneira, há de se reconhecer que existem diferentes formas de ocupação do território, e dentro destas formas desenvolvem-se estilos de vida diretamente relacionados com a história da ocupação das terras no território brasileiro, bem como aos ambientes naturais e culturais locais. Para a pesquisa que gerou o artigo em tela, o interesse recai numa forma peculiar, tradicional e singular de ocupação da terra, denominada de *Fundo e Fecho de Pasto*.

Fundo e Fecho de Pasto são comunidades tradicionalmente ocupadas, existentes no semiárido baiano há mais ou menos 200 anos. A origem destas comunidades está relacionada ao processo de interiorização do Brasil colonial, em que fazendas de criação extensiva de gado, denominadas de “currais”, constituídas com base na divisão das sesmarias em terras distantes e “a solta”, entram em decadência e passam a ser compartilhadas entre os empregados vaqueiros e moradores da região. Estes, paulatinamente, substituíram a forma de criação (substituindo a criação de gado por criação de bode) e de relação com a terra, mantendo a utilização comunitária dos pastos regulamentada pelos costumes e normas sertanejos compartilhados internamente.

Com o fim do sistema das sesmarias em 1822, foi aprovada 28 anos depois a Lei de Terras onde a posse da terra só era possível por meio da compra. Aqueles fazendeiros ricos e cheios de influentes amigos legalizaram as suas terras, e os demais camponeses, desprovidos de recursos financeiros, não receberam o título de posse; as terras ocupadas por essa população foram devolvidas ao Estado, ou seja, passaram a ser terras devolutas⁶. Nessas terras, há mais de dois séculos, homens e mulheres

construíram uma forma de vida sertaneja singular baseada em princípios construídos coletivamente e nos desafios e possibilidades da convivência no espaço semiárido.⁷

Na cartilha *Fundo e Fecho de Pasto*, elaborada pela CPT em 2007, está escrito que o modo de vida dos moradores dessas comunidades “não é só um jeito de trabalhar no campo. É um modo de viver! É uma cultura própria de relação com a natureza, com a terra e entre si. É uma forma diferenciada de vida comunitária [...]”. Desta maneira, destacam-se os seguintes princípios presentes no *Jeito de viver no sertão*, sistematizados na cartilha:

- Relação homem–natureza e cultura;
- Diversificação da produção (animal e vegetal);
- Liberdade e autonomia na constituição do espaço;
- A Comunidade é o elemento central do modo de vida;
- Defesa na preservação das tradições;
- A Comunidade é um espaço de trabalho, festas, jogos, religião, expressões culturais, celebração da vida e da morte;
- Relações baseadas no parentesco, vizinhança e compadrio;
- A luta em defesa do *seu jeito de viver*. (CPT, 2007, p.14).

No final do século XX, essas comunidades começam a enfrentar a pressão dos latifundiários da região com a grilagem das terras, a ação devas-

⁴ O semiárido baiano, do ponto de vista climatológico, é definido como uma área de longos períodos de seca, no entanto, é oportuno esclarecer que o semiárido brasileiro é o mais úmido do mundo, as chuvas são irregulares, ou seja, há grandes pancadas de chuvas em determinado período e longas estiagens.

⁵ A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) identificou cerca de cento e setenta diferentes sistemas geoambientais (ecossistemas).

⁶ “considerando os textos legais, são terras devolutas aquelas adquiridas pelo Estado brasileiro por sucessão à coroa portuguesa tendo em vista os fatos históricos do descobrimento e da Independência, e por compra ou permuta a outros Estados, que não foram alienadas, por qualquer forma admitida à época, aos particulares, ou que por estes não foram adquiridas por usucapião, assim como aquelas que, transmitidas aos particulares, retornaram ao patrimônio do Poder Público por terem caído em comisso ou por falta de revalidação ou cultura, não se destinando a algum uso público, encontrando-se, atualmente, indeterminadas.” (CUNHA JR., Dirley. Terras devolutas nas constituições. In CAVALCANTE, 2007, p. 112).

⁷ Cartilha: Fundo e Fecho de Pasto, CPT - Bahia, 2007.

tadora das mineradoras, bem como a excludente política do agronegócio. Essas são ameaças que atualmente põem em risco o *jeito de viver* dessas comunidades, uma vez que seus defensores possuem uma lógica oposta, consideram a terra *a solta* um território *sem dono*, portanto, negam o acordo comunitário *sem cerca*.

Diante desse risco, as comunidades de *Fundo de Pasto* sentiram a necessidade de lutar pela garantia do direito ao uso da terra tradicionalmente definido, e começam a organizar-se e lutar pela garantia do direito a terra e por melhores condições de vida. Assim é que estas comunidades “[...] vão se tornando não apenas uma *forma de viver no sertão*, mas uma forma de organização e luta para viver no sertão” (CAVALCANTE, 2007, p.113). Eis que surge o Movimento das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, organizado por Centrais de Associações Agropastoris espacialmente distribuídas nas seguintes regiões do território baiano: Senhor do Bonfim, Juazeiro, Canudos, Oliveira dos Brejinhos e Buritirama / Barra e Brotas de Macaúbas. Essas Centrais articulam-se entre si por meio da Coordenação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto.

Para a realização da pesquisa, escolhi a atuação político-pedagógica da Central de Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto da regional Senhor do Bonfim (Bahia). Essa regional é composta pelos seguintes municípios: Andorinha, Antônio Gonçalves, Jaguarari, Monte Santo, Itiúba, Campo Formoso e Pindobaçu. Atualmente essa Central conta com 42 Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto em seu quadro de filiadas. Para efeito da pesquisa, centrei-me nas seguintes comunidades: Mucambo, no município de Antonio Gonçalves, e Traíras, no município de Jaguarari.

O motivo da escolha refere-se especialmente aos conceitos/nomes atribuídos às comunidades tradicionalmente ocupadas – *Fundo e Fecho*. Ou seja, existem comunidades que são Fundo de Pasto (a maioria) onde as terras *à solta* são próprias para a criação de cabras e bodes, pois possuem um clima seco e vegetação de caatinga; já as comunidades de Fecho de Pasto são próprias para a criação de gado, uma vez que possuem grotas e um clima mais úmido, com nascentes e serras. (CAFFP, 2009)

Pela quantidade significativa de comunidades no território baiano, podemos dizer que essas

comunidades não são homogêneas, pois possuem, dentro da sua especificidade de terras tradicionais, maneiras de existir diversas no tocante a sua relação com a natureza. Como pesquisadora, não posso deixar de compreender as diferenças e semelhanças entre elas no que se refere ao *jeito de viver no sertão*. Assim, posso afirmar que não existe apenas um *jeito de viver no sertão*, que o sertão não é uma única coisa, o correto é dizer que existem *jeitos de viver no sertão*. Traíras é uma comunidade de Fundo de Pasto e Mucambo e Brejão da Grota são comunidades de Fecho de Pasto.

O interesse pela relação entre Movimento Social e Educação já faz parte, há algum tempo, do meu cotidiano acadêmico e político e, portanto, de algumas vivências e reflexões⁸. Nesta trajetória tive a oportunidade de vivenciar teórica e experencialmente que essa relação é, como nos diz Batista (2003), complexa, pois é dotada de uma dinâmica, peculiar a cada um desses campos, que amplia o nível de complexidade no momento da análise dessa relação.

Batista (2003), reconhecendo essa complexidade, sistematiza essa relação entre Movimentos Sociais e Educação em três dimensões: a primeira diz respeito à luta pela educação escolar pública levada a cabo pelos diversos Movimentos Sociais⁹; o caráter educativo e pedagógico da participação nos movimentos faz parte da segunda dimensão¹⁰; e a terceira relaciona-se com as experiências de

⁸ Refiro-me às seguintes vivências: Minha pesquisa de mestrado, intitulada: *Formação além do chão da escola: quais os sentidos educativos tramados pela rede MIAC?* Do programa de pós-graduação Educação e Contemporaneidade da UNEB - 2003-2005, onde investiguei a dimensão formativa da participação de educadores do Movimento Sociocultural MIAC; Coordenei, até 2008, o Projeto de Extensão “a criança no centro da roda”, uma articulação solidária e colaborativa entre a universidade e instituições que trabalham na defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente; faço parte atualmente da coordenação do Comitê baiano da Campanha Nacional pelo Direito a Educação, uma rede social que tem como objetivo lutar: pelo direito de ter qualidade na escola pública; a valorização dos trabalhadores em educação; maior investimento público financeiro em educação; e gestão democrática que envolva alunos, profissionais de educação e outros segmentos da sociedade civil.

⁹ Campanha Nacional pelo Direito a Educação; Mieib; Fórum de Defesa da Educação Pública; Sindicados e centrais sindicais como ANDES, CNTE; CONTEE etc.

¹⁰ Movimentos Sociais também organizam suas formações a partir das necessidades, demandas postas como desafios para o grupo e/ou para uma ação coletiva pensada como estratégica.

educação popular ou mesmo da educação não formal vivenciadas pelos Movimentos Sociais e organizações da sociedade civil.

Gohn (1992) aponta três aspectos sobre o caráter educativo dos Movimentos Sociais: a dimensão da organização política; a dimensão da cultura popular; e a dimensão social-temporal. Segundo a autora, esse caráter educativo inclui fontes e formas de saberes decorrentes das experiências vividas que possibilitam compreender e intervir política, cultural e socialmente na realidade (GOHN, 1992, p. 50-52). Essa ampliação do sentido da educação está presente, inclusive, no ordenamento legal brasileiro, mais explicitamente na nova LDB 9.394/96, em seu 1º artigo:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 9.394/96, Artigo 1º apud. GOHN, 1992).

Observa-se, pois, uma ampliação no conceito oficial de educação que não mais limita o processo formativo às quatro paredes das salas de aula; esse processo ganha as ruas, os espaços sindicais, igrejas, grupos culturais e mesmo os movimentos sociais do campo e da cidade (GONH, 1992, p. 42).

Hoje, é possível afirmar que o processo educativo é um fenômeno amplo e polissêmico que acontece em diferentes contextos históricos e culturais, ciclos da vida, tempo, bem como em diversos espaços educativos, incluindo os espaços de educação construídos com base nos sujeitos em movimento. Geralmente, o espaço formal de educação não atende a essas demandas e por esse motivo os próprios Movimentos criam seus cursos, seminários, formações etc. Essa prática é para mim muito instigante, percebo que o Movimento consegue articular desejos, necessidades e ações de múltiplas facetas e que, portanto, pode revelar todo o colorido complexo, contraditório e fascinante de um pensamento pedagógico. Assim, a temática da pesquisa focalizou a *multifacetada e complexa* relação entre Movimentos Sociais e educação, representada pela atuação pedagógica da Central de Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto (CAFFP) da

região de Senhor do Bonfim – Bahia, que desde a década de 1990 vem atuando na defesa do *jeito de viver no sertão* das comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto.

Arroyo (apud. CALDART, 2000, p. 15) qualifica esse processo de “virtualidades formadoras dos movimentos sociais”. Outros autores denominam como experiências socioeducativas, matrizes pedagógicas do movimento (CALDART, 2000), para expressar as variadas e complexas aprendizagens políticas, culturais, subjetivas, simbólicas e afetivas aprendidas e socializadas em diferentes contextos de vivências nos Movimentos Sociais (MENEZES, 2005). Ou seja, aprendizagens focalizadas neste trabalho, já que, na sua atuação política, o Movimento enfatizado não despreza a vida e as suas diversas formas de manifestação – cultural, artística, religiosa, social, política e pedagógica.

Essa temática reforça a ideia de que necessito ter uma leitura do fenômeno de forma contextualizada e multirreferencial. Portanto, devo dizer que o estudo do tipo etnográfico teve o objetivo de: **compreender o sentido do jeito de viver no sertão e os seus saberes com base nos arranjos formativos desenvolvidos e organizados pelo Movimento das Associações das comunidades tradicionais rurais de Fundo e Fecho de Pasto da central Senhor do Bonfim (BA).**

Assumir a complexidade e a multirreferencialidade que envolvem o tema em foco não significa dizer que tomarei como objetivo da pesquisa a discussão sobre o processo educativo em suas várias dimensões: sociológicas, psicológicas, pedagógicas, filosóficas etc. A complexidade desse fenômeno tomou como eixo a articulação mais densa com a *noção sensibilizadora – saber*.

Trata-se aqui de uma busca por uma matriz desse saber, ou saberes, que venha das entranhas e veredas do (in) visível da vida das pessoas destas comunidades/movimentos sertanejos. **Saberes** que a literatura existente¹¹ indica estarem guardados na **memória** dos sujeitos – sua **cultura e natureza**, encontrados com base na viagem no encantado do dizer, da **oralidade**, e aprendido e ensinado no **cotidiano** da vida em comunidade (lugar e movimento).

¹¹ Cf. Araújo (2006) e Pimentel (2002).

Dessa maneira, duas possibilidades despontam: os sujeitos sertanejos com seu *jeito de viver* em comunidade, e no movimento organizado e na tríade que compõe a cor, o som, a textura, enfim os sentidos dos seus saberes: 1 – memória/oralidade; 2 – cotidiano, e 3 – cultura/natureza. Assim é que o processo educativo, tomado como objeto, terá como eixos epistemológicos as noções já citadas, por compreender que este não é um conceito desvirtuado do chão onde é desenvolvido, dos saberes e tempos que o constitui e das implicações políticas, simbólicas e culturais que o alimenta.

A questão da sensibilidade das pessoas da zona rural, da estética do cotidiano, da humanização, da inteireza, da intuição, da afetividade, da criatividade, da corporeidade, da oralidade, da mitologia, da sabedoria ancestral, do simbolismo das linguagens artísticas populares, da musicalidade, enfim, do jeito de ser, da dimensão estética do sujeito que nasce e vive imerso numa cultura que não é separada da natureza que o cerca.

Para efeito de organização, o texto está dividido em três etapas: na primeira apresento uma breve contextualização das comunidades tradicionalmente ocupadas de Fundo e Fecho de Pasto e a característica dos seus movimentos; na segunda, as questões relacionadas à estrutura, dinâmica e importância da Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto; as considerações finais com alguns resultados parciais da pesquisa apresentarei na terceira e última etapa do texto.

Movimentos Sociais e as Terras tradicionalmente ocupadas¹²

É possível afirmar a presença dos Movimentos Sociais na história de toda e qualquer realidade social, seja ela urbana ou rural¹³ (GOHN, 2003). Numa definição ampla e sucinta podemos definir Movimento Social como ação coletiva de sujeitos que apoiados em uma determinada visão do mundo organizam forças, agendas e propostas em que objetivam mudar ou conservar¹⁴ valores, normas, condições de vida. Ou como prefere Touraine (2002 apud. GOHN, 2003) “eles são o coração, o pulsar de uma sociedade”, ou ainda, como nos define Melucci (2001), “são profetas do presente” aqueles

que anunciam as transformações numa dada realidade social. No que diz respeito especificamente ao campo, esses corações e profetas pretendem anunciar e fazer pulsar as mudanças nas históricas imposições de exclusão e invisibilidade impostas à população rural.

Os atores sociais do campo, mediante suas convicções, reagem às formas de exclusão e criam e recriam utopias e transformações. Essas reações oriundas dos Movimentos Sociais a partir da década de 1970, em grande parte, possuem configurações identitárias diferenciadas das formas dos protótipos tradicionais, uma vez que: incorporam modelos de atuação baseados na cultura; na negação da ideologia e direção partidária; investem na politização de outros temas do cotidiano; apelam para a emergência de novas dimensões de identidade (não apenas a identidade de classe); e apresentam táticas de não violência e desobediência civil. Essas configurações identitárias vêm criando, desde 1960, novos esquemas interpretativos para os movimentos sociais; eles foram reunidos num novo paradigma chamado de “novos movimentos sociais”¹⁵. (GOHN, 1997, p.121-163)

Esses Movimentos atuais trazem a força da cultura como expressão de resistência e práticas sociais, eliminam o sujeito predeterminado pelas leis estruturais, guiado por uma vanguarda, e inauguram o sujeito coletivo difuso, não hierarquizado, que

¹² Ver discussão mais ampla sobre o conceito no capítulo 2 do livro do professor antropólogo ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras tradicionalmente ocupadas*: terras de quilombo, terras indígenas, babaquais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

¹³ A guerra de Canudos, ocorrida no sertão da Bahia entre 1896 e 1897, por exemplo, é uma referência histórica de luta e organização no campo e está presente até hoje no imaginário dos sujeitos/lideranças sertanejas.

¹⁴ Refiro-me ao movimento conservador intitulado União Democrática Ruralista, a UDR, formada por latifundiários e grande antagonista dos trabalhadores sem terra na luta pela reforma agrária no país

¹⁵ Esta expressão – Novos Movimentos Sociais – foi inicialmente definida por Alain Touraine (1978), depois por outros autores (Melucci, Offe, Laclau e Mauffé) que, considerando inadequados os paradigmas existentes de analisar os movimentos sociais emergentes a partir dos anos 1960, partiram para a criação de novas noções. Essas noções eram resultantes do que se modificava no cenário dos Movimentos Sociais (MS), os quais se apresentavam cada vez mais diferenciados dos MS tradicionais ou clássicos, em especial, o movimento operário e sindical. (MENEZES, 2005).

participa das ações coletivas como ator social. Assim, o paradigma dos “Novos Movimentos Sociais” traz à cena categorias como: cultura, identidade, subjetividade, autonomia, solidariedade, afetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política (GOHN, 1997, p. 121).

Esse processo de nova configuração política faz com que esses movimentos elaborem suas “identidades coletivas”¹⁶ de forma interativa, compartilhada e negociada por meio de um processo que envolve além de conflitos, afeto, solidariedade e pertencimento entre os sujeitos. (Idem.)

Na realidade brasileira, portanto, e aqui me refiro especialmente à do campo, é visível o surgimento de conflitos sociais e enfrentamento levados a cabo por Movimentos Sociais que assumem um novo padrão de organização, de ação e de sujeitos sociais. O professor antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008), pioneiro no estudo dos movimentos sociais e os processos de territorialização tradicional que lhes são correspondentes, destaca que os arranjos de territorialização tradicionais fizeram emergir, desde a década de 1970, “novos movimentos sociais” com modelos de relação política no campo que incorporam ações heterogêneas baseadas em:

[...] fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e autodefinição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e de encaminhar demandas aos poderes públicos (ALMEIDA, 2008, p. 25).

Na realidade baiana, três Movimentos Sociais representam esses novos padrões de relação política no campo: o Movimento indigenista, o Movimento quilombola e o Movimento de Fundo e Fecho de Pasto. Cada um desses Movimentos possui o seu processo de territorialização e o seu processo identitário. Cada territorialidade expressa uma variedade de formas de sobrevivência comunal na sua relação com a natureza. Isso faz com que apareça no cenário político do campo uma série de reivindicações específicas a cada Movimento. Grzybowski (1991, p. 15 apud CAVALCANTE, 2007, p. 88) apresenta a diversidade dos Movimentos do Campo nas seguintes dimensões: na luta contra a expropriação – movimentos dos camponeses pela

terra como, por exemplo, o Movimento dos Posseiros, Movimento dos Sem Terra, o Movimento das Barragens e Lutas Indígenas; a segunda dimensão concentra-se na luta dos movimentos contra a exploração das formas de assalariamento – os Movimentos Operários do Campo; as lutas contra a subordinação do trabalho ao capital – Movimentos dos camponeses integrados fazem parte da terceira dimensão; e a quarta, alternativas de produção, mulheres e previdência social, as chamadas *novas frentes de luta no campo*.

No entanto, Almeida (2008) assinala que, em meio à diversidade de reivindicações, a afirmação e luta das *terras tradicionalmente ocupadas*¹⁷ atualmente se destaca. A terra age como um fator de identificação em que laços de solidariedade de um *estar-junto* criam redes de ajuda mútua e regras de convivência e uso de recursos naturais comuns em atividades produtivas por grupos étnicos e de parentes.

Essa territorialidade continua ameaçada pelos grandes empreendimentos econômicos do dito “progresso” brasileiro, representados pela grilagem das terras, ação das mineradoras e das carvoarias etc., em que o Estado aparece como aliado fundamental. As modalidades de uso comum da terra foram historicamente mantidas à margem da ação oficial, uma vez que:

[...] a lógica de reestruturação formal do mercado de terras, que considera o fator étnico, os laços de parentesco, as redes de vizinhança e as identidades coletivas como formas de imobilização dos recursos básicos, que impedem que as terras sejam transacionadas livremente como mercadorias. Nos fundamentos destas análises uma luta contra os “economicistas formalistas”, que imaginam as mesmas categorias econômicas para todo e qualquer povo ou sociedade e um “modelo de propriedade” homogêneo, coadunando com as vicissitudes do mercado de terras. (ALMEIDA, 2008, p. 18).

¹⁶ Ou Polidentidades. MORIN apud. FERNANDES, Cíntia San Martin, 2005, p. 184.

¹⁷ Pesquisas apontam que cerca de um quarto do território brasileiro era ocupado por povos e comunidades tradicionais (cerca de cinco milhões de famílias); esse segmento inclui, entre outros grupos, dois milhões de quilombolas, um milhão de atingidos por barragens, 435 mil indígenas, 400 mil quebradeiras de coco babaçu, 37 mil seringueiros e 163 mil castanheiros (PNPCT, 2008 apud. ALMEIDA, 2008).

Contudo, esse mesmo Estado que apoia a lógica destes “economistas formalistas” e seus empreendimentos é também pressionado por Movimentos Sociais e é obrigado a reconhecer os direitos territoriais desses grupos sociais. Para exemplificar este reconhecimento podemos citar que o conceito de *povos e comunidades tradicionalmente ocupadas* foi instituído no texto da Constituição de 1988 e reafirmado nos dispositivos infraconstitucionais, quais sejam, constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais (ALMEIDA, 2008, p.26). No Decreto nº 6040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹⁸ (PNPCT), aparece a seguinte definição:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Art.3 Decreto n.6040 apud. ALMEIDA, 2008, p. 28)¹⁹.

O princípio que orienta a política desses Movimentos é o da identidade, em que cada grupo, a seu modo, organiza-se em torno da autodefinição e da declaração do seu pertencimento a uma territorialidade com seu jeito de viver. No lugar onde forjam-se raízes profundas, no dizer de Maffesoli (2006), saberes inconscientemente se cruzam, uma vez que: “podemos dizer que lugar se torna laço, e isso nos lembra que talvez estejamos diante de uma estrutura antropológica que faz com que a agregação em torno de um espaço seja o dado básico de toda forma de sociabilidade. Espaço e socialidade.” (MAFFESOLI, 2006, p. 211)

Para efeito deste estudo, tenho como foco o Movimento Social que representa as *comunidades tradicionalmente ocupadas* de Fundo e Fecho de Pasto da região de Senhor do Bonfim. Defendo a ideia de que esse Movimento possui sentidos que interessam sobremaneira ao pensamento educativo, uma vez que esse entrecruzamento de saberes acontece por meio dos:

[...] movimentos sociais com sua presença, suas lutas, sua organização, seus gestos, suas linguagens e

imagens, são educativos, nos interrogam e sacodem valores, concepções, imaginários, culturas e estruturas (ARROYO, 2000:11 apud CALDART, 2000).

Caracterização da Central de Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto (CAFFP²⁰)

A CAFFP é uma organização dirigida por camponeses de nove municípios da região de Senhor do Bonfim: Jaguarari, Monte Santo, Andorinha, Pindobaçu, Antônio Gonçalves, Mirangaba, Umburanas, Campo Formoso, Itiúba. Conta atualmente com 42 Associações Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto em seu quadro de filiadas. No total, a Central abrange um número de aproximadamente 1.250 famílias e 6.800 pessoas²¹.

Foi criada em **21 de julho de 1994** para articular, organizar e fortalecer os Fundos de Pastos, em especial quanto à manutenção da posse e titulação das terras, a criação de infraestrutura hídrica e produtiva para suas filiadas, para a preservação da caatinga, assim como o fortalecimento de caprinovinocultura como vocação dos Fundos de Pastos e de toda a região semiárida. A CAFFP vem desempenhando importante papel na organização, informação e representação política, em especial

¹⁸ Segundo Almeida (2008), ainda o termo “tradicional” afasta-se do passado tornando-se cada vez mais próximo de demandas do presente. E o termo “Comunidade” é tributário das ações das entidades confessionais, referidas à noção de “base”. (ALMEIDA, 2008:27)

¹⁹ Em 1988, a Constituição Federal Brasileira reconhece formas diferenciadas de organização social e cultural de distintos segmentos da sociedade – povos indígenas e quilombolas (art. 231-CF e art. 68 do ADCT); em 2004, foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e o PPA- Programa Comunidades Tradicionais (2004-2007); em 2006, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto de 13 de junho de 2006, que institui a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil (CNPCT); em 2007, foi publicado o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

²⁰ Texto retirado dos documentos fornecidos pela CAFFP durante a pesquisa de campo. Este em especial está sistematizado no projeto SEDES - PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR e DE RENDA PARA 15 FUNDOS DE PASTO DA REGIÃO DE SENHOR DO BONFIM, 2009.

²¹ Como houve desfiliações do quadro da CAFFP, o número de famílias e pessoas envolvidas também sofreu uma redução proporcional que ainda não foi calculada.

quanto ao processo de regularização fundiária junto ao governo do estado.

Entre as atividades realizadas pela CAFFP, destacam-se: realização de reuniões, visitas, encontros e seminários com as comunidades de Fundo de Pasto e entidades afins; curso de capacitação de dirigentes; apoio na organização e fundação de novas associações agropastoris; negociações e representação perante secretarias, ministérios e governos durante e depois das mobilizações camponesas, buscando o atendimento das demandas contidas em seu projeto intitulado **“O FUNDO DE PASTO QUE QUEREMOS”**. Para tanto, possui os seguintes desafios:

Presença direta da diretoria da CAFFP nas comunidades e associações filiadas; Refletir junto aos trabalhadores e reivindicarmos dos órgãos e governos competentes a aplicação do *Projeto Fundo de Pasto que Queremos*; Buscar parcerias com STR's, CPT, governo do estado, regiões do estado com Fundo de Pasto – Canudos, Juazeiro, Oliveira dos Brejinhos e Buritirama – e outros movimentos populares da Via Campesina Estadual; **Promover cursos de formação política**, de gestão e contabilidade, associativismo para as filiadas; Procurar envolver os jovens e mulheres como estratégia para formação de novas lideranças, animação e condução dos grupos e do movimento. (CAFFP, 2009, grifos meus).

Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto: santuários da caatinga de profundos saberes

Santuários da caatinga! Convivendo nessas comunidades pude reafirmar essa expressão que Pimentel (2002) atribuiu a essas comunidades pelo que representam historicamente, e especialmente por sua relação com o ambiente. A especificidade de sua territorialidade tradicional difere da lógica tecnicista e economicista dos fazendeiros latifundiários da região, uma vez que possui um complexo e sofisticado arranjo socioambiental de utilização comum dos recursos e terras norteado por acordos e normas comunitários firmados coletivamente. Como afirma Cavalcante (2007, p.114), “um arranjo de sofisticada estrutura capaz de provocar inquietações frente à simplicidade e naturalidade como que se apresenta”.

Pois bem, fiquei inquieta frente a esta pendular relação: arranjo complexo e vida simples. As minhas primeiras perguntas giraram em torno desta inquietação: como podem existir comunidades de uma formação espacial tradicional como essa? O que mantém essas comunidades do jeito que são?

A formação espacial dessas comunidades foi construída por meio de um processo de ocupação dessas terras por posseiros que, mediante laços de consanguinidade e de compadrio, foram organizando a labuta com a terra, a criação de bode de forma comum e sem a existência de nenhum acordo escrito. Todas as regras e normas foram construídas de forma comunal e pela palavra, palavra esta passada de geração a geração, no dizer de seu Antônio, presidente da Associação Agropastoril de Traíras: “A palavra de um cabra é que vale, né? Senão...”. Ou ainda como coloca o ex-presidente da CAFFP, Vilobaldo Farias, ou simplesmente Viló: “Apesar das dificuldades e divergências que não estamos livres de acontecer, ainda vivemos numa comunidade de pessoas de bem, de palavra”.

Mucambo e Traíras possuem aproximadamente 30 a 50 casas e todos que moram ali possuem algum parentesco. Ao redor de cada casa existe a área individual onde cada família cria galinhas, porcos, tem o aprisco para prender a criação durante a noite, uma cisterna etc. No fundo das áreas individuais existe uma extensão de terra “a solta”, lugar de circulação de cabras e bodes de todos os moradores²².

Considerações finais: paisagens e saberes presentes no Movimento e comunidades de Fundo e Fecho de Pasto

Eu ando pelo mundo
prestando atenção em cores
que eu não sei o nome
cores de Almodóva
cores de Frida Kahlo, cores!

Adriana Calcanhotto

²² No caso do Fecho de Pasto, a área “a solta” possui serras e vales com nascentes. O Mucambo é Fecho de Pasto.

O termo paisagem aqui refere-se não apenas ao espaço geográfico, porque como nos orienta a própria Geografia, a paisagem é cultural e não apenas natural. Tentei realizar o que nos indica Silva (2010, p. 16), narrar segundo uma espacialização da experiência afetiva e implicada de quem “esteve lá” e viveu intensamente a “doce magia e a dura realidade do campo”. Assim, trata-se aqui de um breve panorama dos resultados preliminares de um *esforço físico e intelectual* em campo que buscou, como nos orienta Geertz (1989, p. 20), *ler* ou *construir uma leitura* de um “manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não mais com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamentos modelados”.

A primeira paisagem refere-se ao conceito de Fundo e Fecho de Pasto. Essa denominação, a despeito de não ter surgido dos moradores dessas comunidades, vem sendo assumida como uma definição de identificação/identidade. A definição utilizada anteriormente pelos moradores era de “terra à solta”. Segundo dados da pesquisa de Melo (2004), o termo surge dos técnicos:

O termo Fundo de Pasto é recente. Não é um termo que nasceu do povo, embora hoje em certas regiões o povo use com maior naturalidade. O termo começou a ser usado a partir das observações dos técnicos, sobre este sistema de vida. Fundo de Pasto por quê? Porque no sertão da gente, as famílias têm uma tendência de morarem juntas. Os membros da mesma família vão construir suas casas perto um dos outros. Pode ser aglomerados de três, quatro casas ou até fazer um povoadozinho no local. Enquanto as terras atrás das casas, as terras mais distantes, soltas, são as terras da pastagem e do emprego. Daí são os fundos, daí surge essa terminologia Fundo de Pasto. Atrás das casas, atrás das partes habitadas pelo povo, atrás das roças tem área livre para as pastagens que estão nos fundos.²³

A autora destaca ainda que a substituição, realizada pelos membros das comunidades, do termo “terras à solta” pelo Fundo de Pasto foi construída por um processo histórico que compreende desde o período colonial e que ganhou visibilidade apoiado na relação de conflito gerada pelo desenvolvimento da grilagem de terra. Essa substituição objetivou

garantir as terras e jeito de viver das comunidades. Fundo e Fecho de Pasto é, portanto, uma **etnogênese** específica da Bahia; Almeida (2008) analisa outras *terras tradicionalmente ocupadas* no Brasil, como é o caso das terras de quilombo, terras indígenas, castanhais do povo e faxinais.

A suspeita pelo “moderno”, pelo “progresso”, pelo “desenvolvimento” é notória nas atividades políticas e formativas da Central²⁴ e caracteriza-se aqui como a segunda paisagem. Eles aliam o fator étnico – a afirmação do pertencimento a uma terra tradicionalmente ocupada com todos os seus valores e modos de vida – a outros fatores que se associam na trajetória da mobilização, gerando, assim, uma dinâmica e uma condição *fronteiriça*, ou como prefere Morin (2003, p. 94-95), de complementaridade e interdependência entre a tradição e o “moderno”.

Observei esta condição fronteiriça entre o universo técnico – conhecimentos técnicos e jurídicos aprendidos para o manejo e defesa da terra associados às maneiras tradicionais e seus sentidos fecundos e profundos do universo comunitário rural –, as festas, os espaços de formação criados por seus coletivos, os mutirões, as histórias contadas na calçada das casas ou ao pé do fogão, as rezas etc. Essa condição fronteiriça nos faz pensar na própria constituição comunitária dessas comunidades, caracterizada pela expressão ‘sem cerca’, que aqui assumo como metáfora para compreender o saber gerado com base nessa relação.

Essa constatação nos leva a outra paisagem que considero importante frisar: a rede de cooperação e solidariedade tecida em volta do Movimento e das comunidades. Pelas dificuldades financeiras, da grande expansão territorial atendida pelo Movimento, da recente história da Central, etc., a sua permanência e vigor dependem das parcerias criadas em sua volta. Podemos citar as EFAs (Escolas Família Agrícola), a Comissão Pastoral

²³ EHLE, Paulo. Banco de Dados Geografar. Entrevista, Salvador, 2004. Dados da pesquisa de MELO (2010) - Fundo de Pasto: um conceito em Movimento.

²⁴ Participei dos seminários organizados pela CPT em parceria com a Central, denominados de “Mineração: progresso para quem?”, ocorridos entre os dias 19 e 20 de fevereiro, em Senhor do Bonfim, e a segunda etapa ocorrida em 19 de março de 2010, em Campo Formoso.

da Terra (CPT), a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (ATR).

Cooperação e solidariedade (reciprocidade), também observadas nas comunidades, são bases de todo o saber produzido e recriado neste balanço complementar entre movimento e comunidade. Solidariedade é a base da sobrevivência e dos saberes passados de geração a geração dentro dessas comunidades compostas por quase uma família apenas; as pessoas, como diz seu Antônio, “vive aqui de teimoso”²⁵. Um saber criado e recriado na base da *solidariedade teimosa*.

Outra paisagem a ser considerada diz respeito à incidência da atuação desse movimento, bem como dos saberes práticos da comunidade nas políticas e leis do município, estado e país. No início deste texto, já mencionei os avanços na legislação com relação às terras tradicionalmente ocupadas especialmente a partir de 1988. De 1988 em diante ocorreu um crescente reconhecimento jurídico-formal presente nos dispositivos infraconstitucionais (ALMEIDA, 2008, p. 25-26). No caso específico desta pesquisa, encontrei na Câmara de Vereadores de Antonio Gonçalves, com base na orientação de Almeida (2008), a Lei nº 4, aprovada em 12 de agosto de 2005²⁶ (BAHIA, 2005), que protege os ouricurizeiros e garante o livre acesso e o uso comum por meio de cancelas, caniço e passadores²⁷ aos catadores de licuri. Diante desse dispositivo, uma consideração importante sobre a incidência política desses movimentos e dessas comunidades:

O saber tradicional convertido em reivindicação ou mesmo em dispositivo jurídico [...]. O reconhecimento jurídico-formal das práticas de uso comum, mediante a ação dos movimentos sociais, permite registrar conquistas efetivas, contrariando simul-

taneamente tanto interpretações deterministas de que se estaria diante de uma “crise do tradicional” mediante o crescimento demográfico, quanto as interpretações evolucionistas que reiteram uma “crise dos comuns” indicativa de seu declínio ou de uma tendência inexorável ao desaparecimento (ALMEIDA, 2008, p. 20).

Por fim, “toda paisagem apresenta-se de início como uma imensa desordem que nos deixa livres para escolhermos o sentido que preferimos lhe atribuir”, é o que nos diz Lévi-Strauss (1996, p. 54). Além das especulações geográficas e históricas presentes no cenário da pesquisa, o sentido “é que precede, comanda e, em grande escala, explica os outros”. Busquei desenhar essas paisagens preliminares tendo em mente a grande importância da proximidade. O “eu estava lá e escrevo aqui” buscou o cheiro, a cor, a textura e o som dos “outros” investigados. Como nos lembra Mariza Peirano (1992), “**o encontro com o outro**” em campo é uma condição singular da pesquisa.

Busco, enfim, nesta empreitada, aprofundar-me na discussão dos saberes considerados insignificantes e irracionais pela perspectiva fragmentada e excludente racionalista oficial, que concentra apenas na escola o *locus* da aprendizagem “útil”. Desejo encontrar nos farelos desta experiência, desenvolvida nesse território secularmente “sem cerca”, os saberes e sentidos miúdos, porém fundamentais para se pensar a vida, o ensinar e o aprender.

²⁵ Entrevista gravada durante a pesquisa de campo realizada entre os dias 19 e 23 de fevereiro de 2010.

²⁶ Autoria do vereador Jurandy de Jesus Menezes, de Antônio Gonçalves - Bahia.

²⁷ Cerca flutuante que corta rio ou riacho. Passadores – tipo de porta feita de pau, usada em currais. (MENEZES. Diário de Campo, fevereiro, 2010).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras tradicionalmente ocupadas**: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto. Manaus: Ed.UFAM, 2008.
- ARAÚJO, Maria Emília Carvalho de. **Lugar é laço**: saber profundo nas comunidades Goianas de Cibele e Caiçara. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.
- ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 28-49, jan/jun. 2003.
- BAHIA. Lei Municipal nº 4, de 12 de agosto de 2005. Dispõe sobre o uso do licuri livre, em Antônio Gonçalves-Ba. [Diário Oficial do Município]. [Antonio Gonçalves], 2005.

- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Educação e movimentos sociais: a construção da cidadania. In. ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 16., 2003, Aracaju. **Anais...**Aracaju: UFS, 2003. p. 32-39.
- CAFFP (Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto). PROGRAMA piloto segurança alimentar e renda para 15 fundos de pastos da Região de Senhor do Bonfim. Senhor do Bonfim: CAFFP, 2009.
- CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do movimento sem terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARTILHA fundo e fecho de pasto. Bahia: CPT, 2007.
- CAVALCANTE, Ludimila Oliveira Holanda. **A escola família agrícola no sertão**: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. 2007. 267f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____, Maria da Glória. Educação, trabalho e lutas sociais. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 90-101.
- _____, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início de século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa F. de Aguiar. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- MELO, Alvanira Ribeiro; SANTOS, Núbia Dias dos. **Fundo de pasto**: um conceito em movimento. Disponível em: <http://itpack31.itarget.com.br/uploads/ena/arquivos/Trabalhosaprovados.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.
- MENEZES, Izabel Dantas. **Formação de educadores além “do chão da escola”**: quais os sentidos educativos tramados pela rede MIAC? 2005. 252f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.
- MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORIN, Edgard. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- PEIRANO, Mariza G.S. **Uma antropologia no plural**. Brasília, DF: UNB, 1992. p. 85-104.
- PIMENTEL, Álamo. **O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semi-árido brasileiro**. 2002. 289f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SILVA, Aldo José Moraes (Org.) História poesia sertão: diálogos com Eurico Alves Boaventura. **Revista Feira de Santana**, Feira de Santana: UEFS, 2010.

*Recebido em 30.04.10
Aprovado em 24.06.10*